

INDICADORES SOCIAIS ESTRUTURAIS DO MERCADO DE TRABALHO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL: UMA REFLEXÃO SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL.

Paula Daniella Prado Ramos¹

Luiz Guilherme de Oliveira²

RESUMO

A desigualdade social no Brasil apresenta níveis críticos e persistentes. As classes populares sofrem as consequências da reprodução das debilidades no funcionamento das instituições públicas. Assim, o estudo objetiva apresentar os indicadores sociais estruturais (mercado de trabalho e distribuição de renda) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), compilados pela Síntese de Indicadores Sociais (SIS), visando contemplar informações comparativas e precisas para o mapeamento das desigualdades no Brasil. A pesquisa, por meio do método comparativo, analisou dois indicadores sociais compreendendo os anos 2019, 2018, 2016 e 2013 contemplando as variáveis: nível de instrução, sexo, cor ou raça. Concluiu-se que os indicadores sociais, como medida provida de significado específico, podem fornecer uma imagem representativa e fidedigna da realidade, auxiliando os tomadores de decisões a avançarem em direção a gestão e governança de políticas pautadas nos princípios das mudanças sociais e iniciativas inclusivas que minorem as desigualdades sociais.

Palavras-chave: Indicadores sociais; Políticas públicas; Rendimento domiciliar; Mercado de trabalho.

Abstract

Social inequality in Brazil has critical and persistent levels. The popular classes suffer the consequences of the reproduction of weaknesses in the functioning of public institutions. Thus, the study aims to present the structural social indicators (labor market and income distribution) of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), compiled by the Social Indicators Synthesis (SIS), aiming to contemplate comparative and accurate information for mapping the inequalities in Brazil. The research, through the comparative method, analyzed two social indicators comprising the years 2019, 2018, 2016 and 2013, contemplating the variables: level of education, gender, color or race. It was concluded that social indicators, as a measure with a specific meaning, can provide a representative and reliable image of reality, helping decision makers to advance towards the management and governance of policies based on the principles of social change and inclusive initiatives that reduce social inequalities.

Keywords: Social indicators; Public policy; Household income; Job market.

INTRODUÇÃO

As classes populares sofrem as consequências da reprodução das debilidades no funcionamento das instituições públicas e a desigualdade socioeconômica da sociedade brasileira. O texto da Constituição de 1988 (Art. 5º) assegura o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade a todos os brasileiros e aos estrangeiros

¹Doutoranda em Desenvolvimento Sociedade e Coop. Internacional PPGDSCI/UnB. E-mail: daniella.prado@cegafiunb.com

²Professor da Unidade de Brasília – UnB .E-mail: lgoliveira@unb.br

residentes no País, afirmando ainda que, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Contudo, a episteme constitucional com bases sociais é uma narrativa construída, completamente diferente da parte pragmática. No Brasil, o constitucionalismo com bases sociais é a produção de uma narrativa que está referenciada em valores, mas os valores positivados não foram capazes de organizar um sistema que enfrente os verdadeiros problemas sociais.

A desigualdade social no Brasil apresenta níveis críticos e persistentes. Os indicadores sociais estruturais de mercado de trabalho e de distribuição de renda por sexo e cor ou raça, segundo o nível de instrução confirmam a veracidade de que existe acentuação assimétrica entre o poder e a massa de pessoas comuns.

Dessa forma, o presente ensaio objetiva apresentar os indicadores sociais estruturais (mercado de trabalho e distribuição de renda) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), compilados pela Síntese de Indicadores Sociais (SIS), realizando um comparativo dos anos 2019, 2018, 2016 e 2013, visando contemplar informações precisas para o mapeamento das desigualdades no Brasil. A difusão deste estudo, contribuirá na apresentação informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação: a desigualdade no Brasil.

Os indicadores sociais, como medida provida de significado específico, fornecem uma imagem representativa e fidedigna da realidade desigual brasileira, podendo ser um instrumento de conscientização e base para políticas à luz de uma perspectiva mais abrangente que absorva as demandas da sociedade e passe a constituir uma responsabilidade social coletiva.

BREVE ABORDAGEM CONCEITUAL DE DESIGUALDADE E DESLIGUALDADE SOCIAL E SUA INTERACE COM OS INDICADORES SOCIAIS

O conceito de desigualdade importa para a visão do presente e do futuro, até porque se faz necessário observar que alguns elementos históricos incentivaram as escolhas atuais, que por sua vez são moldadas pelo que existiu anteriormente.

Bader (2018) concebe dois tipos de desigualdade a espécie humana, uma chamada desigualdade natural ou física e outra desigualdade moral ou política. A primeira é estabelecida pela natureza e consiste nas diferenças de saúde, idade, força do corpo e qualidade do espírito ou da alma. A segunda é estabelecida pelo consentimento ou validade das pessoas, pois depende de uma espécie de convenção.

A desigualdade social é definida como “desigualdade de posições sociais, que se caracterizam pela distribuição assimétrica de recursos e recompensas” (BADER, 2018, p. 34). Acrescenta que, a desigualdade social estruturada pressupõe uma medida de sistematização, estabilidade e duração.

Sobre as origens das desigualdades Silva (2009) apresenta causas histórico sociais que perpassam por teorias de apropriação privada do trabalho e da própria propriedade, pela divisão do trabalho (manual-intelectual, masculino-feminino), até às teorias da coerção ou violência e ainda até às explicações de tipo valorativo-normativo.

Silva (2009) complementa afirmando que a desigualdade social conjectura a apropriação ou usurpação privada de bens, recursos e recompensas, implicando concorrência e luta. Ademais, abrange a questão em saber quais objetos são susceptíveis de apropriação por parte de uns atores em detrimento de outros, bem como identificar quais os conceitos são mais adequados para a análise das situações de desigualdade quanto à posse e à distribuição de bens, recursos e recompensas.

Seguindo a análise de Silva (2018) as desigualdades sociais podem ser analisadas de diversas formas e escalas, sendo: familiar, comunitário, municipal, regional, nacional ou internacional. Complementa afirmando que as desigualdades sociais evidenciam, comprometem a democracia social, política e econômica a níveis nacionais e globais.

Ferreira *et al.* (1995, p. 325) define a desigualdade social como uma diferença socialmente condicionada no acesso aos recursos. Desta maneira, à medida que as pessoas detiverem de maior ou menor volume de riqueza; maior ou menor prestígio ou valorização social; divergentes possibilidades de sucesso e possibilidades de escolarização; bem como a capacidade de exercício do poder ou da cidadania estará subordinado a mecanismos de tipo social que condicional os destinos individuais.

Complementa afirmando que, a importância estratégica destes recursos no modo de vida de cada, oferece possibilidades de vida futura superiores às do resto da população, porém, pode acontecer que esta distribuição de recursos já esteja condicionada pela sociedade (FERREIRA *et al.*, 1995).

Na esfera das políticas públicas os indicadores sociais subsidiam as atividades de planejamento público, permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais. Ademais, auxiliam na formulação de políticas sociais nas diversas esferas governamentais, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população tanto por parte do poder público, quanto da sociedade civil (JANUZZI, 2005).

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) propôs uma política de redução das desigualdades socioeconômicas após o agravamento da problemática social. A prioridade seria dada aos indicadores destinados a medir as variações nos níveis de bem-estar material, em especial dos grupos que estavam em situação de “pobreza absoluta” com o objetivo de fornecer elementos para a elaboração e o acompanhamento do planejamento social (BRASIL/PND, 1975).

Bauer (1966) afirma que o indicador social serve para avaliar programas de ação e seu alcance, é uma informação que permite a avaliação aonde vamos e onde estamos em relação aos nossos objetivos e valores.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ao publicar a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) subsidiou os formuladores de políticas públicas em todos os níveis de governo. A partir da SIS foi possível acompanhar o comportamento de grupos sociais sujeitos a maiores níveis de vulnerabilidade, como a população de cor ou raça preta ou parda, mulheres, crianças e adolescentes, jovens, dentre outros. Ações como a inserção de novos indicadores, a variedade nas formas de apresentação de resultados, destacando diferentes recortes regionais e sociodemográficos, e a proposição de novos temas evidenciam a adequação desse estudo às questões debatidas na atualidade (IBGE, 2021)

SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS ESTRUTURAIS DO MERCADO DE TRABALHO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

Os indicadores, por natureza, são instrumentos essenciais que fornecem informações com o intuito de expor algo. O mapeamento dessas informações favorece o bom andamento de processos, auxiliando os tomadores de decisões. Não apenas quantificam dados, mas também os qualificam de modo a colaborarem com melhores estratégias, chegando a resultados satisfatórios.

O estudo Síntese dos Indicadores Sociais (SIS), desde 1998, avançou na proposição de um novo escopo de avaliação das condições de vida da população. O estudo tem procurado o aprofundamento das análises a partir do eixo das desigualdades de gênero, cor ou raça e grupos de idade. Ademais, o objetivo é englobar uma série de informações essenciais para o mapeamento das desigualdades e seus efeitos sobre a realidade social brasileira, com vistas não só à incorporação de assuntos atuais e relevantes para as políticas públicas, como também ao (BRASIL/IBGE, 2020).

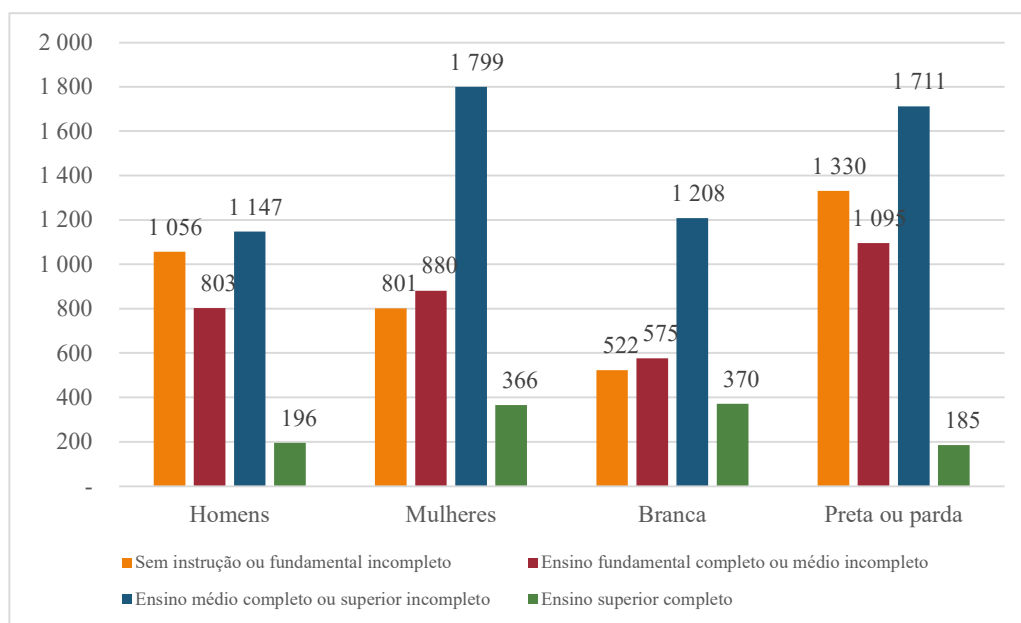
Os indicadores sociais analisados no presente ensaio foram: (1) Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução, sexo e cor ou raça e (2) Rendimento domiciliar per capita médio e mediano, por sexo e cor ou raça, segundo o nível de instrução.

Os dados analisados compreendem os anos de 2019, 2016 e 2013 para o indicador (1) e 2018, 2016 e 2013 para o indicador (2). O objetivo foi comparar as informações coletadas e realizar a análise da situação da desigualdade gerada pelo mercado de trabalho, com ênfase na população desocupada e a desigualdade de renda dos brasileiros.

O indicador mercado de trabalho inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social, segundo nível de instrução, sexo e cor ou raça.

Os resultados do ano de 2013 demonstraram que o maior índice de ocupação no mercado de trabalho pertencia a população branca e aos homens com ensino superior completo. As mulheres e a população preta ou parda apresentaram os maiores índices de desocupação, chegando a mais de 1.700 (mulheres) e 1.711 (preta e parda) pessoas sem emprego.

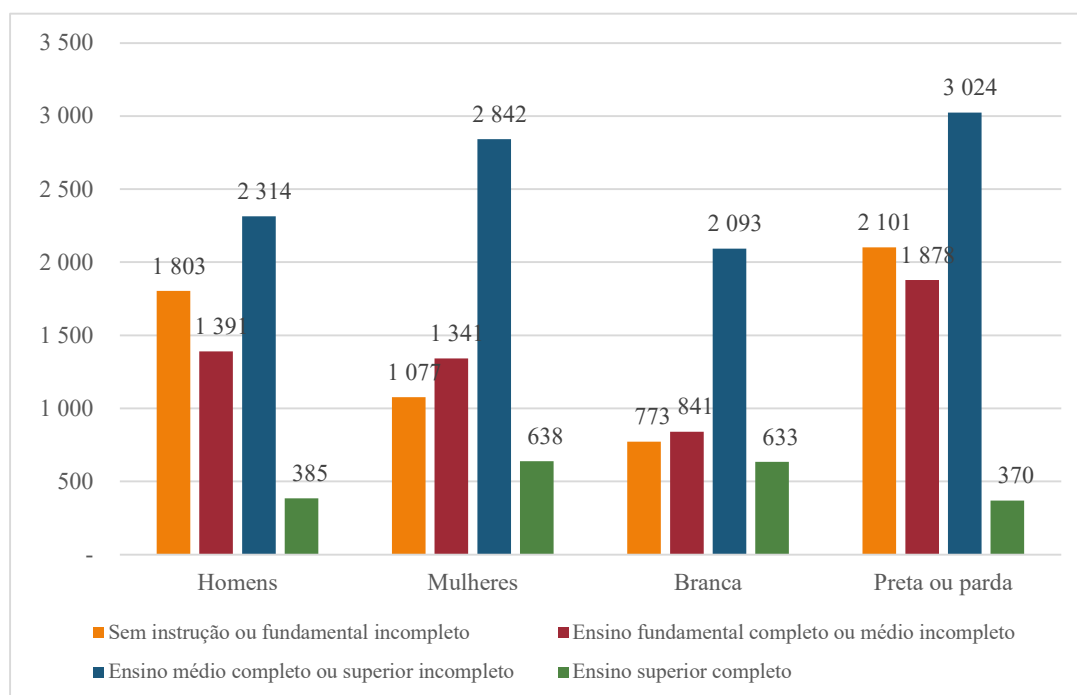
Gráfico 1- Quantitativo da população desocupada de pessoas com 14 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução, sexo, cor ou raça no ano de 2013.



Fonte: IBGE/SIS (2020)

Em 2016 os maiores índices de desocupação no mercado de trabalho pertenciam novamente as mulheres e a população preta ou parda com ensino médio completo ou superior incompleto, chegando a aproximadamente 6.000 pessoas desocupadas. A população com grau de instrução ensino superior completo apresentou os menores índices de desocupação.

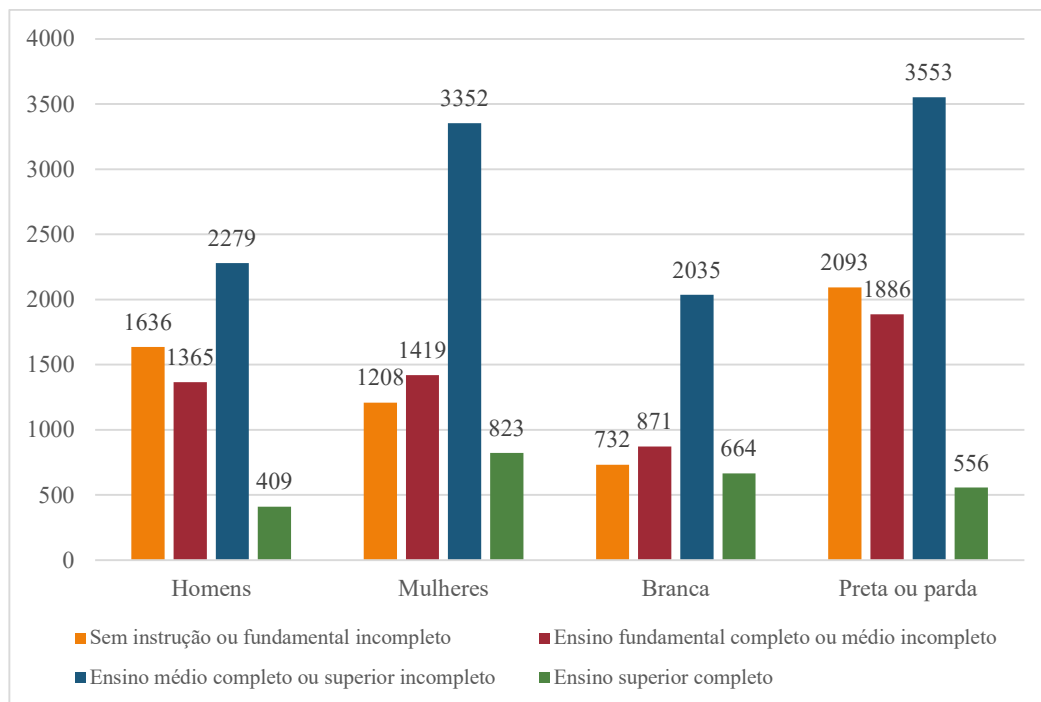
Gráfico 2- Quantitativo da população desocupada de pessoas com 14 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução, sexo, cor ou raça no ano de 2016.



Fonte: IBGE/SIS (2020)

O quantitativo de mulheres e da população preta ou parda desocupadas em 2019 aumentou, chegando a aproximadamente 7.000 pessoas sem emprego. Tratando-se de homens e pessoas brancas os valores de desocupação apresentam alterações pouco significativas.

Gráfico 3 - Quantitativo da população desocupada de pessoas 14 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução, sexo, cor ou raça no ano de 2019.

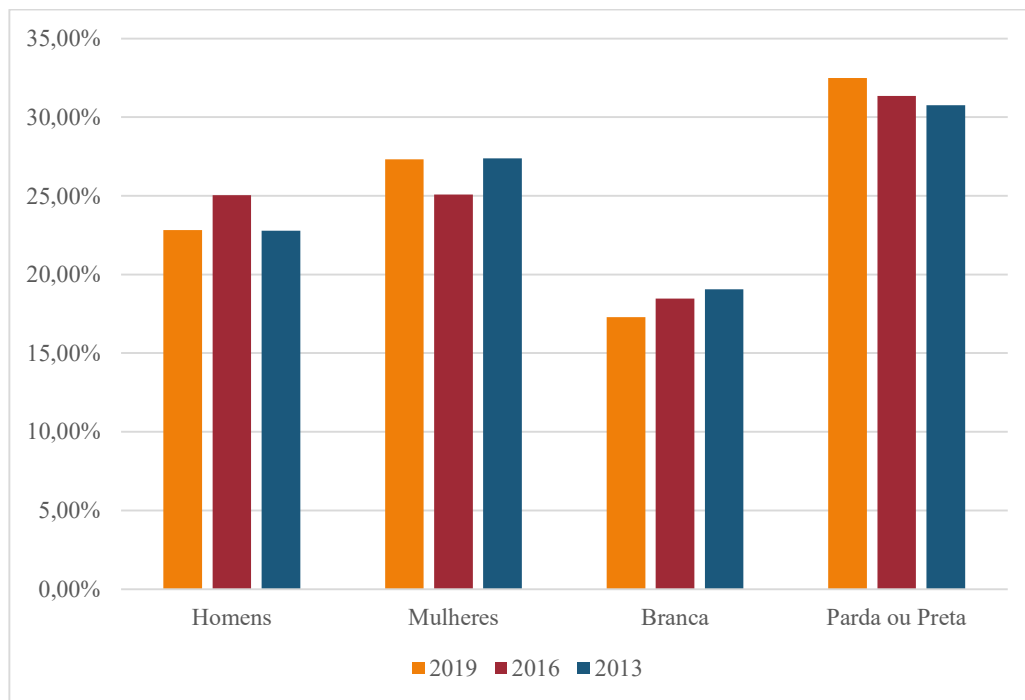


Fonte: IBGE/SIS (2020)

No comparativo das taxas da população desocupada entre os anos 2019, 2016 e 2013 percebe-se que na variável sexo, as mulheres obtiveram os índices mais altos de desocupação, chegando a quase 30%, além do nível aumentar em 2019. As taxas masculinas apresentaram até 25,05% de desocupação, e o nível diminuiu na pesquisa do último ano.

Nas variáveis cor ou raça, as pessoas brancas apresentam taxas bem inferiores de desocupação das pessoas pardas ou pretas, chegando a 17% em 2019. A porcentagem da população parda ou preta foi maior durante todos os anos comparados, chegando a aumentar em 2019 com a taxa de 32,50%.

Gráfico 4 - Comparativo da taxa da população desocupada segundo sexo, cor ou raça nos anos de 2019, 2016 e 2013.



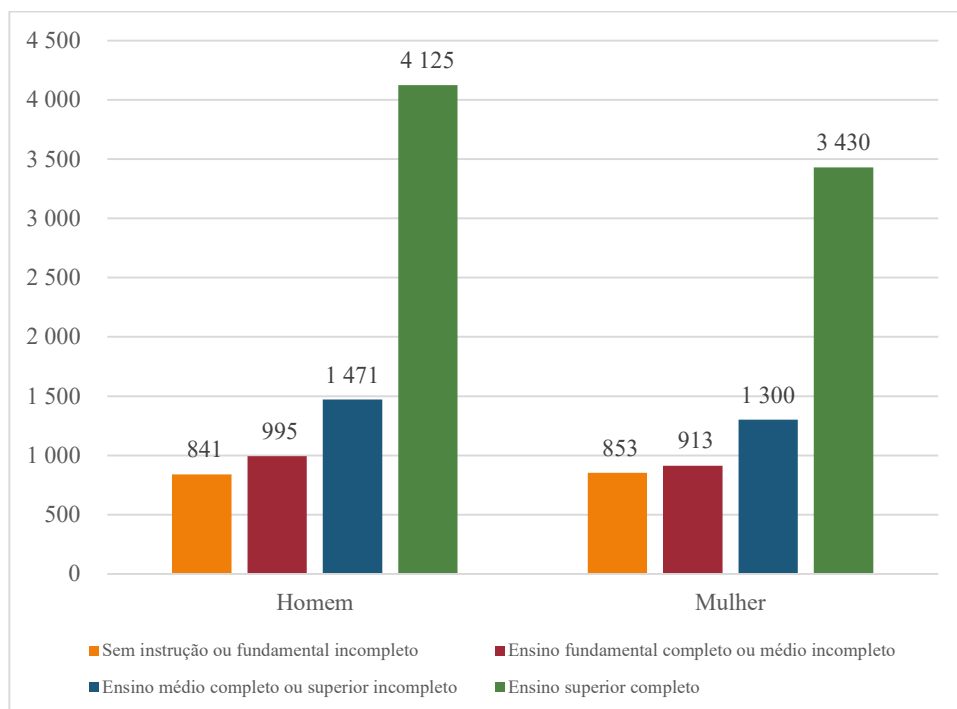
Fonte: IBGE/SIS (2020)

No que se refere ao rendimento domiciliar per capita médio e mediano por sexo, segundo o nível de instrução nos anos 2018, 2016 e 2013 os resultados apresentaram notoriamente que os homens com ensino superior completo tiveram renda superior à das mulheres, chegando a 4125 (2018), 4185 (2016) e 4496 (2013). O resultado se repete para homens com ensino fundamental completo ou médio incompleto e ensino médio completo ou superior incompleto.

A renda das mulheres durante os anos analisados, mesmo com o nível de instrução médio ou superior completo apresentaram diferenças de 850 (2013), 710 (2016), 695 (2018) em comparação com os homens.

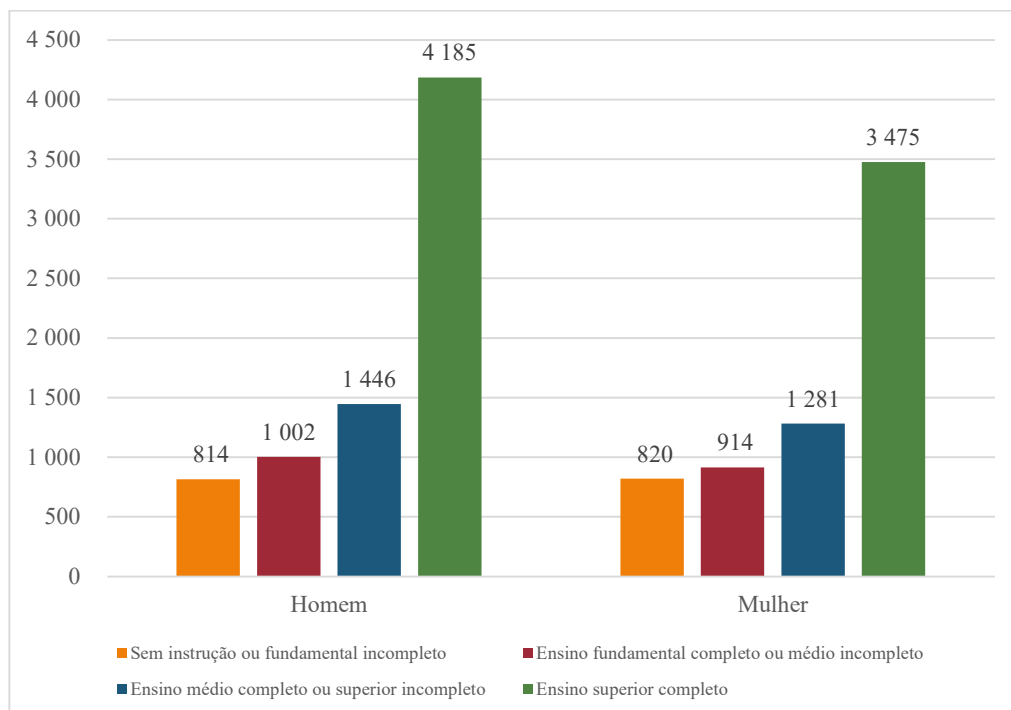
Apenas as mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto apresentaram rendimento maior que os homens durante os três anos (853 em 2018, 820 em 2016 e 835 em 2013), porém, a diferença de valores não foi significativa, sendo 841 (2018), 814 (2016) e 831 (2013) os rendimentos deflacionados para reais médios para os homens.

Gráfico 5 - Rendimento domiciliar per capita médio e mediano, por sexo segundo o nível de instrução no ano de 2018.



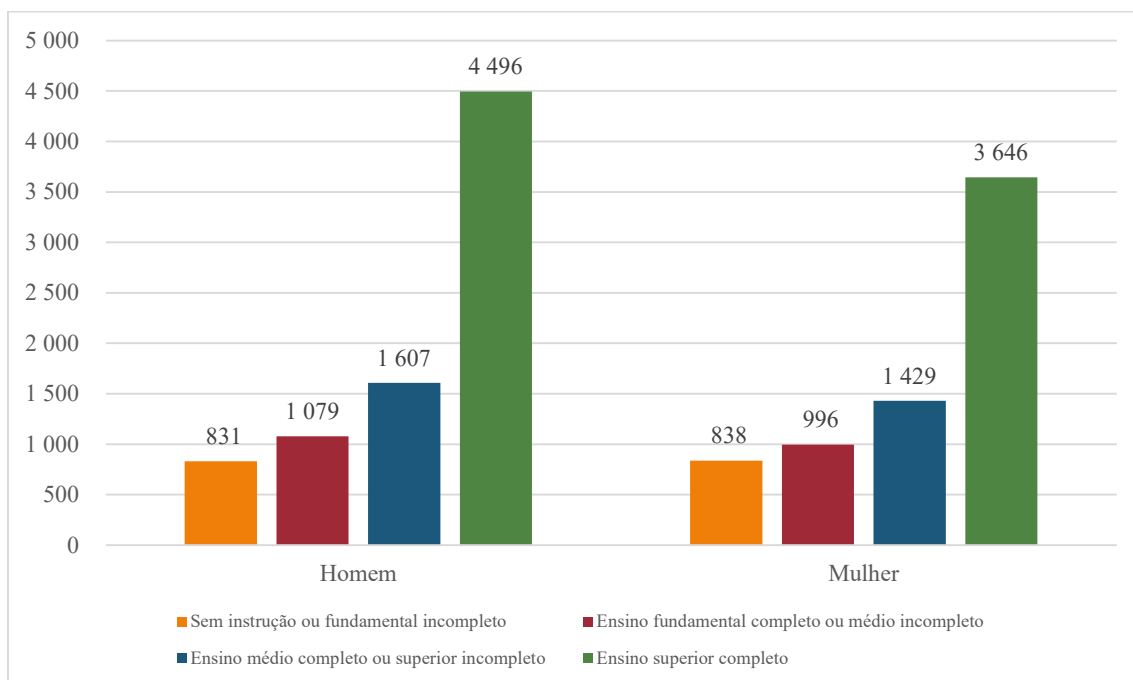
Fonte: IBGE/SIS (2020)

Gráfico 6 - Rendimento domiciliar per capita médio e mediano, por sexo segundo o nível de instrução no ano de 2016.



Fonte: IBGE/SIS (2020)

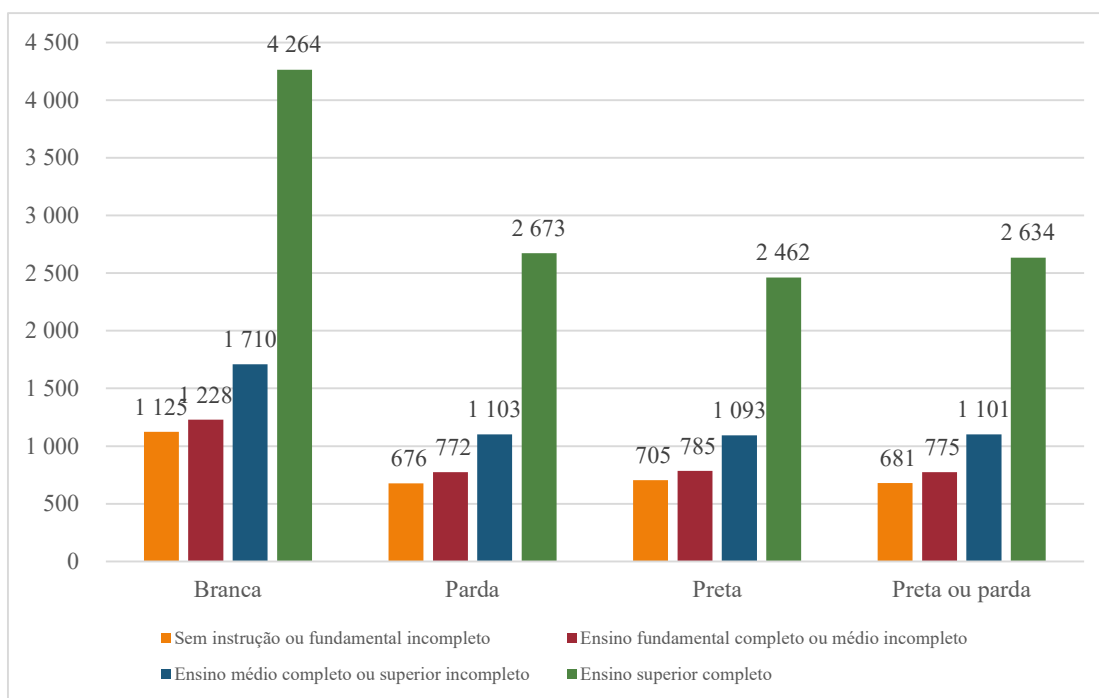
Gráfico 7 - Rendimento domiciliar per capita médio e mediano, por sexo, segundo o nível de instrução no ano de 2013.



Fonte: IBGE/SIS (2020)

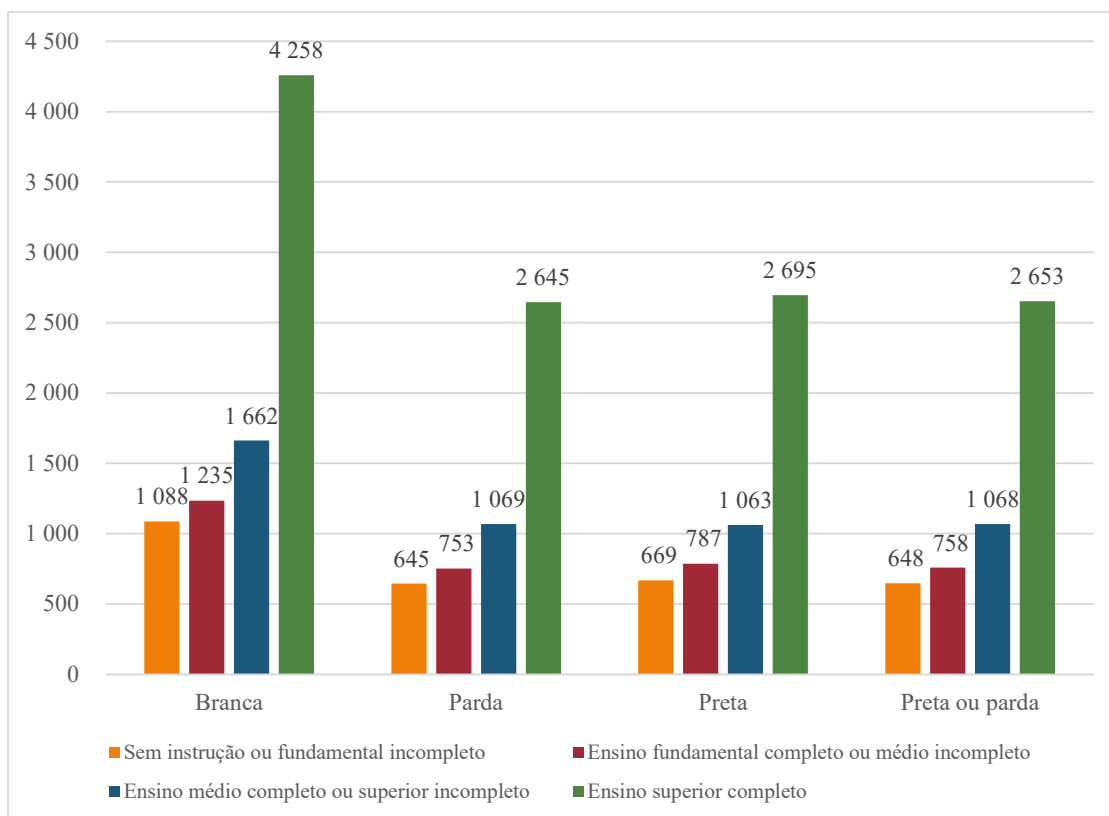
Os rendimentos deflacionados para reais médios de 2018, 2016 e 2013 para a população branca foi maior em todos os anos, com valores assimétricos para as pessoas pretas e pardas em 2018, chegando de 1500 a 1800 reais médios de diferença. Em 2016 a disparidade foi parecida, sendo que os brancos recebiam 1500 a 1600 reais médios a mais que a população preta ou parda. No ano de 2013 a população branca com ensino superior completo também apresentou os maiores níveis de rendimento domiciliar, chegando a receber 4410 reais médios. Nota-se que a população parda ou preta independentemente do nível de instrução apresentou renda domiciliar abaixo da população branca em todos os anos analisados.

Gráfico 8 - Rendimento domiciliar per capita médio e mediano, por cor ou raça segundo o nível de instrução no ano de 2018.



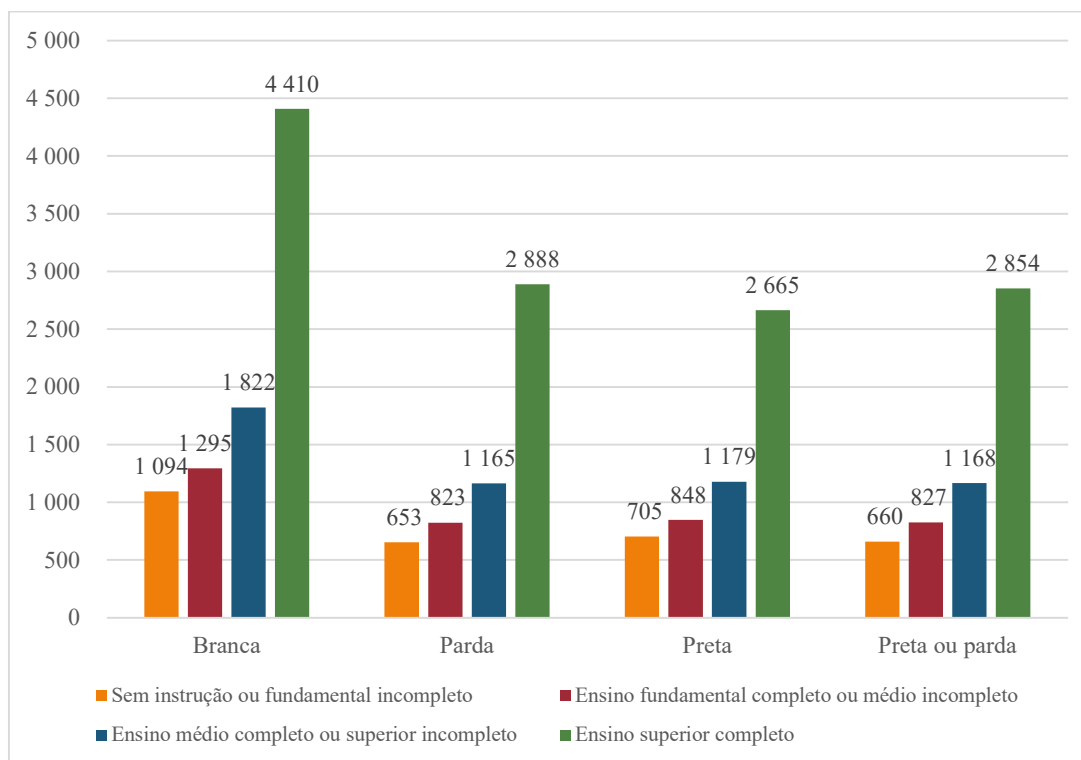
Fonte: IBGE/SIS (2020)

Gráfico 9 - Rendimento domiciliar per capita médio e mediano, por cor ou raça, segundo o nível de instrução no ano de 2016.



Fonte: IBGE/SIS (2020)

Gráfico 10 - Rendimento domiciliar per capita médio e mediano, por cor ou raça segundo o nível de instrução no ano de 2013.



Fonte: IBGE/SIS (2020)

A remuneração do trabalho de uma família depende da proporção dos membros adultos que se encontram ocupados, assim como da remuneração dos ocupados. Os mecanismos que afetam a renda familiar no mercado de trabalho é o acesso ao trabalho, uma vez que apenas os indivíduos ocupados auferem renda do trabalho; e a forma como remunera os indivíduos ocupados (BARROS *et al.*, 2006).

Os dados dos indicadores sociais demonstram claramente o cenário de desigualdade gerado pelo mercado de trabalho nos quesitos raça e gênero. A discriminação salarial para mulheres, pretos ou pardos ocorre independentemente do nível de instrução. O comparativo dos anos explicita que a desocupação das mulheres brasileiras com níveis de instrução médio e superior permaneceu superior à dos homens, não alterando o cenário significativamente para elas. A situação desigual da população desocupada preta ou parda foi ainda mais crítica nos 3 anos analisados, liderando os níveis de desemprego.

O indicador de rendimento domiciliar per capita médio e mediano, por sexo e cor ou raça, segundo o nível de instrução também apresentou índices de desigualdade, sendo a população branca mais uma vez beneficiada com altos valores nos anos estudados. A diferença dos rendimentos das pessoas pretas ou pardas, com o grau de instrução superior, em vista aos rendimentos das pessoas brancas com a mesma escolaridade é incongruente e desigual. Segundo Herrán (2005, p. 63) “se todos os trabalhadores do País recebessem a mesma remuneração, mais de 60% da desigualdade em renda familiar per capita seria eliminada”.

CONCLUSÃO

Os indicadores sociais analisados retratam parte das desigualdades no Brasil. As duas temáticas (rendimento domiciliar e população desocupada) foram abordadas de maneira singela, com o intuito de demonstrar que mesmo analisando duas variáveis em um comparativo simples, os resultados são alarmantes. As evoluções do tempo não minoraram a desigualdade, e em alguns casos, os índices se elevaram.

O retrato desta análise, por meio de indicadores sólidos e robustos apresentam parte do contexto desigual vivenciado no Brasil, e podem auxiliar os tomadores de decisões a avançarem em direção a gestão e governança de políticas pautadas nos princípios das mudanças sociais e iniciativas inclusivas que minimem as desigualdades sociais. Vale ressaltar que o estudo aqui realizado não tem o intuito de trazer respostas, mas sim reflexões gerais acerca das variáveis estudadas.

O enfrentamento das desigualdades perpassa por processos longos e pormenorizados que necessitam adequar-se as realidades e contextos diferentes. Mas, as iniciativas pautadas na diminuição da desigualdade, à luz de uma perspectiva abrangente que constituía uma responsabilidade social coletiva podem trazer soluções que minimizem os efeitos da desigualdade social no Brasil.

Infere-se então que, para que essa homologia estrutural geradora de desigualdades seja combatida, o ponto de ápice é criar condições para que os direitos conquistados no Artigo 5º da Constituição Federal de 1988 sejam efetivados. É preciso que além do cumprimento da legislação, o Estado se volte às ações no sentido de entregar efetiva proteção aos direitos sociais, formatado com um viés profundamente social e participativo.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel (Org.) **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2006. 2 v. : gráfs., tabs. 446 p.

BAUER, R. (edit.) **Social indicators**. Cambridge, Mass., The MIT Press, 1966.

BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Brasília: República Federativa do Brasil, 1974.

FERREIRA, José Maria Carvalho et al. (1995), “As Desigualdades nas Sociedades Contemporâneas”, in J.M.C.Ferreira et al., **Sociologia**, Alfragide: McGraw-Hill, pp. 387-404.

HERRÁN, C. A. **Reduzindo a pobreza e a desigualdade no Brasil**. Brasília: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); **Síntese de indicadores sociais: 2020/IBGE**, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Acesso em 28 de nov. de 2020

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=conceitos-e-metodos>>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira : 2021 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2021. 206 p. : il. - (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 44)

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2005.

SILVA, Manuel Carlos (2018), “**Pobreza, exclusão social e desigualdades**: breve revisão de conceitos e alguns dados a nível global e nacional”. In S. Gomes, V. Duarte, F. B. Ribeiro, L. Cunha, A.M. Brandão e A. Jorge (orgs), *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas. Homenagem a Manuel Carlos Silva*, Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 691-733.

SILVA, Manuel Carlos. Desigualdade e exclusão social: de breve revisão a uma síntese proteórica, 2009. In **Configurações**, 5/6, pp. 11-40.